

A Agência Nacional no Estado Novo (1937-1945): entre o Jornalismo e a Propaganda¹

Pedro AGUIAR²

Juliana LISBOA³

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP

Resumo

Num esforço historiográfico e de questionamento à interpretação predominante, o artigo tenta reconstruir uma história da fase inicial da Agência Nacional (AN), a primeira agência de notícias no âmbito estatal brasileiro, a partir tanto de bibliografia publicada quanto de pesquisa em fontes primárias como documentos, depoimentos (registrados no Projeto Memória EBN e mantidos sob custódia do Arquivo Nacional) e consultas à imprensa da época, reproduzida na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Põe-se o foco sobre a estrutura operacional da AN, seu papel na política pública de comunicação do Estado Novo e seu aproveitamento na imprensa da época. Aqui se contesta a versão que oblitera o papel da AN em distribuir conteúdo jornalístico e reduz sua função à de “propaganda” durante a Era Vargas. Propõe-se, afinal, que o discurso propagandístico, embora houvesse, estava diluído em meio ao material informativo.

Palavras-chave: agências de notícias; Agência Nacional; jornalismo de agências; Era Vargas

Em 2017, o Brasil completa 80 anos da sua estrutura estatal para a produção e distribuição de notícias à imprensa por meio de uma agência de notícias. O papel que hoje cabe à Agência Brasil (ABr) foi inicialmente exercido pela Agência Nacional (AN), criada em março de 1937, no período do governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), com a função de abastecer a imprensa interna e noticiar ao mundo o que acontecia no Brasil. No entanto, narrativas sobre a gênese do jornalismo de agências sob âmbito estatal brasileiro frequentemente situam esse início em 1945 – isso quando não quebram a continuidade entre a AN, a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que sucedeu a primeira, e a ABr.

Em parte por um processo que se pode atribuir a tentativas de deslegitimação da Era Vargas em regimes subsequentes (especialmente na ditadura militar), em outra por dificuldade de acesso ou revisão acrítica das fontes disponíveis, as narrativas sobre a AN são incoerentes e,

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutorando em Comunicação pela PPGCom/UERJ e bolsista pela FAPERJ. Orientadora: Profª Dra. Sônia Virginia Moreira. pedroaguiar@ufjf.br.

³ Doutoranda em Comunicação pelo PPGCom/Unisinos. Orientadora: Profª Dra. Christa Berger. juclisboa@gmail.com

às vezes, eivadas de preconceitos, como a redução da AN a “propaganda oficial”. Tais escolhas evidenciam alterações feitas no relato histórico ao sabor dos interesses do presente. Este artigo pretende, portanto, resgatar o surgimento e os primeiros anos da Agência Nacional, concentrado no período sob o regime de Getúlio Vargas, a partir de fontes documentais internas e externas à AN (especialmente menções na imprensa e depoimentos registrados em material bibliográfico), para recontar o começo das oito décadas de informação produzida em caráter público.

1. Contexto histórico

As consequências da Revolução de 1930 para o jornalismo brasileiro permanecem abertas a interpretações, com variantes por vezes conflitantes. Bahia (2009, p.209) afirma que a mudança de regime expôs “o conflito entre a posição dos grandes jornais diários e as tendências majoritárias, dominantes na sociedade brasileira, francamente favoráveis às mudanças que os revolucionários encarnam” – o que mais tarde os donos da imprensa revisaram para se realinharem ao novo governo. Já Romancini & Lago (2007, p.96) ressaltam que a Revolução de 1930 beneficiou a imprensa “ao projetar uma ampliação do mercado consumidor” e efetivou tendências como a adoção de uma “feição administrativa empresarial” dos jornais e um “caráter mais informativo que doutrinário”, apesar de seguir a “venalidade de parte da imprensa”.

Somada à grande imprensa (desenvolvida na capital, o Rio de Janeiro, e em São Paulo, centro financeiro), floresciam os periódicos regionais nas capitais estaduais e nas cidades do interior, geralmente com estrutura precária para a cobertura de fatos além de seu entorno geográfico. Completavam o cenário revistas como *O Cruzeiro* e *Fon-Fon*, jornais de comunidades imigrantes e de partidos e movimentos políticos, reforçados na polaridade entre comunistas (*A Classe Operária*) e integralistas (*Acção*, *Monitor Integralista*, *A Ofensiva*). Além dos impressos, despontava o rádio, que na década de 1930 espalhou-se pelo interior do país. Mas, embora a radiodifusão vencesse distâncias e o território nacional já estivesse cabeado pelo telégrafo desde o último quartel do século XIX, a circulação de notícias era dificultada devido aos custos de transmissão telegráfica (MOLINA, 2015, p.405) e de ligações telefônicas interurbanas, pelas quais se ditavam matérias urgentes (WERNECK SODRÉ, 1999, p.378).

Era justamente para suprir as deficiências na circulação de informações de interesse jornalístico pelo território brasileiro e na obtenção de notícias do exterior ou distantes que

operavam as agências de notícias. Embora as agências europeias tenham entrado no Brasil ainda no século XIX, com a Havas e a Reuters em efêmera *joint-venture*, na década de 1930 a francesa já dividia o mercado com as norte-americanas, especialmente a United Press (desde 1920) e a Associated Press (desde 1919, via a agência argentina Austral, do *La Nación*). Além destas, chegavam os serviços das agências alemãs Wolff/WTB e Transocean, de forma gratuita. Formalmente, ainda existia o cartel das agências europeias, formado em 1859 e desmantelado em 1934, pelo qual o Brasil era território atribuído à Havas, mas tanto as alemãs como as norte-americanas furavam o bloqueio, já fragilizado desde a Primeira Guerra Mundial.

Agências de notícias brasileiras de capital privado também operavam no país por então. Depois da experiência efêmera da Agencia Americana Telegraphica, de Manoel Gomes de Oliveira, em 1874 (MOLINA, 2015, pp.424-425), o Brasil só viria a ter uma agência de notícias nacional em 1913, com a criação da quase homônima Agência Americana, fundada por Cásper Líbero e Raul Pederneiras. A empresa seria extinta e voltaria em diversas versões até fechar definitivamente em 1930, após a revolução. Em 1924, Jaime Câmara, Américo Facó e Raul Bopp fundaram a Agência Brasileira de Notícias (ABN). Agências menores que distribuíam despachos por telégrafo e rádio irrompiam nesse período: Radiotelegráfica Imprensa Unida (1928), Radiopress (1929), União Telegraphica Brasileira (1931) e Agencia Americana de Informação Jornalística (1934). Também em 1934, surgiu a União Jornalística Brasileira (UJB) por Menotti del Picchia, que seria comprada em 1937 pelo escritor Monteiro Lobato.

Também operou no Brasil, entre o fim da década de 1920 e o ano de 1931, a agência DTM. O significado da sigla permanece desconhecido pelos autores, apesar das dezenas de fontes consultadas, o que não impediu a verificação da frequente reprodução do material fornecido pela DTM nos jornais brasileiros. A *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *A Noite*, *A Manhã*, o *Jornal do Commercio*, o *Diário da Noite* e o *Diário de Notícias* são alguns exemplos. Ainda em 1930, às vésperas da revolução, o jornal carioca *Crítica* publicou a cassação da habilitação para registro de imprensa da agência. O motivo seria a divulgação de “notícias falsas”. A partir daí, as menções à DTM começaram a escassear até desaparecer no ano seguinte.

Mas a principal e maior de todas as agências de notícias brasileiras na época era a Meridional⁴, pertencente aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Criada em 1931, a

⁴ Morais (1994, p.266) afirma que, meses depois de sua criação, a Meridional incorporou como clientes jornais de outros estados, rentabilizando a reprodução do material. “Aquilo que até então era um gentil intercâmbio de artigos

agência formalizou a circulação de conteúdo entre os jornais do grupo, prática já corrente naquele momento (MORAIS, 1994). Entretanto, esta restrição era justamente a maior limitação ao alcance da agência, já que deixava de fora os jornais menores, de expressão regional e local (AGUIAR & LISBOA, 2016). Depois de 1937, e especialmente nos anos 40, foram criadas outras agências pequenas, que não chegavam a “concorrer” com as demais: Agência Interamericana (1938), Argus Press (1942), ASApres - Agência Sul-Americana de Notícias (1942), Press Parga, Escritório Brasileiro de Imprensa News Press, Panameuro, Agencia União (1940), Agencia Carioca (1940) e Agencia Victoria (1940, sediada em Salvador).

Foi nesse cenário que veio a surgir e funcionar a Agência Nacional.

2. A Agência Nacional como parte da máquina getulista de comunicação

Contando com uma oposição generalizada na grande imprensa desde seu início (DeLUCA, 2013, p.172), o governo de Getúlio Vargas investiu em uma política pública de comunicação que burlasse o boicote da mídia e informasse sobre suas realizações, campanhas de esclarecimento público e de saúde, estatísticas e anúncios (editais, concursos, licitações). Como resgata a autora (idem, p.170), a cronologia dos órgãos federais de comunicação começa já em 1931 com o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), responsável por gerenciar os anúncios (pagos) e comunicados do governo junto à imprensa e ao rádio.

O DOP foi criado pelo decreto nº 20.033 de 25/5/1931, unificando a Imprensa Nacional e o *Diário Oficial* preexistentes. Em 1934, o DOP foi substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), dirigido pelo jornalista sergipano Lourival Fontes, simpático aos integralistas e fascistas. O DPDC incorporou, pela primeira vez, o aspecto “multimídia” à comunicação estatal, por meio “utilização do cinematógrafo, da radiotelefonía e demais processos técnicos” de difusão, como regulamentado pelo decreto nº 24.651 de 10/7/1934. A divisão de imprensa foi mantida e acompanhada de divisões específicas para cinema e rádio. Nova mudança de nome ocorreu em 1938, com o DPDC passando a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP), acrescentando uma divisão de turismo. Somente em 27 de dezembro de 1939, pelo decreto-lei nº 1.915, o DNP deu lugar ao Departamento de

e reportagens tornou-se uma fonte de renda para o jornal que produzisse o material. Além disso, meses depois a Meridional começaria a ver dinheiro de fora, ao incorporar como clientes vários jornais de outros estados, que pagavam para reproduzir o que saía nos Associados”. A informação, entretanto, não é respaldada pelas demais fontes consultadas (BAHIA, 2009, p.279).

Imprensa e Propaganda (DIP), sigla que passou à memória mais difundida por ter operado durante os anos e pela participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Todos estes órgãos integraram a estrutura administrativa do Ministério da Justiça.

O que não fazia parte do aparato oficial era uma estrutura própria para circular o conteúdo produzido pela divisão de imprensa, especialmente em texto. Ainda que o decreto de criação do DOP já previsse um “Boletim Diário de Informações Oficiais”, havia um “déficit informacional” para os jornais do interior e de pequeno porte, desinteressante aos olhos da imprensa privada brasileira (AGUIAR & LISBOA, 2016). O jornalista catarinense Licurgo Ramos da Costa, então redator-chefe do jornal governista *A Manhã*⁵, relata que “alguém advertiu o presidente Getúlio Vargas para o estranho lapso e ele mandou chamar-me ao Catete e convidou-me para organizar a Divisão Falante” do DPDC.

Em 2 de março de 1936 inauguramos o serviço, começando também a distribuir noticiário para toda a imprensa brasileira, cadastrada com o maior rigor. Entre jornais, revistas, agências de notícias, boletins, rádio-emissoras, atingimos a um número impressionante 959 entidades. (...) O material era aproveitado até pelos grandes jornais das capitais. (COSTA, 2002, p.69)

O sucesso inicial, de acordo com o jornalista, motivou uma versão internacional do boletim noticioso do DPDC, especialmente direcionada à imprensa estrangeira, em três idiomas, focado no jornalismo de economia, e aproveitando a rede de representações diplomáticas do Itamaraty para fazer os textos chegarem até os clientes no exterior.

Numa segunda fase, organizamos um serviço nos mesmos moldes para a imprensa estrangeira distribuindo por via aérea e radiotelegrafia um boletim em espanhol, francês e inglês, contendo sobretudo informações de caráter econômico e financeiro do Brasil. Eram 1.313 entidades no mundo todo que recebiam nossas informações e, por via de receptores, assim como através de embaixadas e consulados do Brasil, conseguimos avaliar o seu aproveitamento que ficava ao redor de 40%. No Serviço Nacional, o aproveitamento beirava 80%. (...) Creio que nunca houve no Brasil qualquer coisa no gênero que se comparasse ao que implantamos. (COSTA, 2002, pp.69-70)

Segundo Costa, a experiência bem-sucedida com o boletim do DPDC em 1936 preparou o terreno para que, no ano seguinte, ele propusesse a Lourival Fontes a “concretização de uma velha ideia: a fundação de uma agência nacional de notícias nos moldes das grandes organizações internacionais, como a Havas, United Press, Associated Press” (idem, p.70). O

⁵ O jornal *A Manhã* foi originalmente fundado em 1925 no Rio de Janeiro por Mário Rodrigues e Mário Filho. Circulou até ser fechado, em 1935. Em 1941, *A Manhã* seria reaberto e encampado pelo regime getulista, sob direção de Cassiano Ricardo, passando a veicular conteúdo oficial, especialmente o produzido pela AN.

relato do jornalista catarinense indica que a intenção original dos fundadores era batizar o futuro serviço como “Agência Brasileira”, o que geraria conflito com a ABN de Facó, Bopp e Câmara, que registrara o nome. Assim, a segunda opção foi adotada, e a primeira agência de notícias pública brasileira nasceu com o nome de Agência Nacional.

Licurgo Costa afirma que a AN foi “criada por portaria do Ministro da Justiça em 1º de março de 1937”, documento que os autores deste artigo não puderam ainda localizar. Entretanto, o que se sabe pelas demais fontes documentais às quais se teve acesso é que a Agência Nacional nasceu sem autonomia administrativa, apenas como uma repartição da Divisão de Imprensa, por sua vez parte do DPDC, e este submetido ao Ministério da Justiça. Assim, a AN nesta primeira fase não era uma empresa, mas um serviço prestado por meio de seu órgão oficial de comunicação estatal. Tal modelo seria repetido quando da criação da Agência Brasil, em 1990, como serviço subordinado da Radiobrás (e, desde 2007, da EBC).

Desse modo, motivações políticas, econômicas e tecnológicas levaram o governo de Getúlio Vargas a criar uma agência de notícias estatal. De alcance doméstico e internacional, a agência deveria servir tanto à difusão de discursos do regime quanto ao projeto modernista de integração nacional, por meio da circulação de notícias.

O nosso noticiário era variadíssimo, não se limitando apenas a atos oficiais e tínhamos a preocupação de somente mencionar o nome do Presidente quando indispensável. Isto causou excelente impressão, dando aos nossos assinantes certeza de que não se tratava de um serviço de promoção pessoal do Presidente da República, como ainda hoje, por má-fé, se diz que foi. (COSTA, 2002, p.69)

Getúlio instituiria o Estado Novo em novembro do mesmo ano. Mais tarde, já como senador, entre os dois períodos presidenciais, recordaria que, à época, o país estava sujeito a um oligopólio das agências de notícias (privadas) norte-americanas e da agência francesa que aqui operavam, e que a criação da Agência Nacional seria uma contraofensiva estratégica, confirmando a perspectiva inicial de Licurgo Costa.

Em 1940, e não em 1937, eu criei o Departamento de Imprensa e Propaganda, para controlar e acompanhar de perto a infiltração estrangeira no Brasil. Atuavam então em nosso país a United Press e a Associated Press. A Havas, francesa, estava controlada pelos alemães. A Havas era a agência de maior irradiação no Brasil e distribuía os serviços de todas agências europeias, inclusive a Reuter<sic>. Ao lado da Havas, a Transocean, diretamente alemã, cobria todo o território, bloqueando a United... A Havas e a Transocean distribuía o serviço telegráfico nacional. Tinham um excepcional poder de ação interna. Vários jornais em língua alemã, italiana e japonesa infestavam as

zonas povoadas por núcleos de origem destes povos. A propaganda britânica também se intensificou. Mas eu não devia resolver os nossos problemas de acordo com as conveniências da propaganda internacional, e, sim, na base das conveniências do Brasil e da América. (VARGAS, 1949 pp. 82-83)

A direção da AN ficou a cargo do próprio Licurgo Costa, que era subordinado de Lourival Fontes. Por sua vez, este jornalista sergipano tinha sido colaborador da Aliança Liberal (que tentou eleger Getúlio em 1929-1930 e promoveu a Revolução de 1930) e foi responsável por criar revistas como *Hierarquia*, de linha fascista, e *Cultura Política*, publicação do DIP. Diretor do DPDC, seguiu no órgão nas mudanças de nome para DNP (1938) e DIP (1939). A diferença da nova sigla, entretanto, era uma “maior amplitude de ação que os departamentos anteriores”, fazendo do DIP “o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime” (FGV, 2001).

Do Palácio Tiradentes, um grande edifício neoclássico no Centro do Rio que, até 1937, hospedara o agora fechado Congresso Nacional, Lourival Fontes reinava sobre a imprensa brasileira. Em sua sala, ornada por um gigantesco retrato de Getúlio – seu trabalho era provar que o ditador “não cagava nem mijava” –, o melífluo Fontes conseguiu tornar a censura oficial quase redundante; com a supressão dos comunistas e dos integralistas, a maior parte da imprensa acabava concordando com o governo, e quando não o fazia era fácil dificultar seu acesso ao papel de impressão e aos financiamentos públicos (MOSER, 2009, p.147).

Nas palavras de Evandro Mendes Viana (1985), antigo funcionário do órgão, com Lourival Fontes, “homem de jornal, de letras e de grandes habilidades”, o relacionamento do DIP com a imprensa foi “cordial”, dentro das circunstâncias, “tanto que o gabinete de Lourival estava sempre de portas abertas para diretores de jornais e rádios que o visitassem”. Em depoimento ao Projeto Memória EBN (1985), Viana disse que, apesar de rompantes agressivos, Fontes era um “homem de grande valor e cultura”. Almir de Andrade, diretor da AN entre 1943 e 1945, relatou ao mesmo projeto que a censura na época era feita como um acordo de cavalheiros e controlada pela direção-geral do DIP. Já a divisão jornalística, a cargo da agência, “distribuía reportagens para o Brasil inteiro e controlava o noticiário oficial”.

Nesse período, a função do DPDC/DNP/DIP era “fazer a propaganda do Estado Novo dentro e fora do país, assim como estabelecer a censura à imprensa” (FGV, 2001), além de, por meio da AN, fornecer informações à população pelo rádio, jornais, revistas e cinejornais.

Na imprensa, a uniformização das notícias era garantida pela Agência Nacional. O DIP as distribuía gratuitamente ou como matéria subvencionada, dificultando assim o trabalho das empresas particulares. Contando com uma equipe

numerosa e altamente qualificada, a Agência Nacional praticamente monopolizava o noticiário. (FGV, 2001)

A configuração getulista para a comunicação estatal subordinou a uma mesma estrutura burocrática tanto a censura quanto a distribuição de informações. Desta maneira, a estrutura da máquina de comunicação oficial brasileira agrupava a função dupla de “tirar” e “dar”, cortando conteúdo por meio da censura, mas simultaneamente fornecendo material com o qual substituí-lo, pelos serviços da Agência Nacional. Em entrevista concedida em 1979 à *Folha de S.Paulo*, o jornalista Joel Silveira relembra que o conteúdo da AN era enviado em conjunto com indicações precisas do DIP, num processo simultâneo de fornecimento e coerção:

O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da Agência Nacional. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo. Vinha tudo pronto, com ordem, inclusive, de publicar em tal página, com tal destaque. O DIP chegava ao ponto de dizer que tipo devia ser usado: negrito, corpo 9, à esquerda. E [a] qualquer sinal de rebeldia cortavam o papel e a publicidade. A publicidade o governo controlava, vamos dizer, 60% e ao mesmo tempo intimidava as empresas privadas. Ninguém queria ficar contra o Banco do Brasil. (FOLHA DE S. PAULO, 1979)

Sem concorrentes diretas, já que as demais agências eram pequenas e a Meridional se restringia aos Diários Associados, a AN seguiu o propósito político do governo de alcançar jornais e emissoras em todo o país. Surgida na inspiração de um “Estado forte e centralizador” (SILVA JR, 2006, p. 145), a AN tinha o objetivo de ser uma fornecedora de referência para esses veículos, particularmente para cobertura dos atos oficiais. “A agência operava com boletins enviados para jornais e rádios, noticiando, sobretudo, as atividades presidenciais” (idem). Para isso, talvez inspirada na Transocean, sua principal estratégia foi de natureza econômica: “fornecer textos gratuitamente para a imprensa” (AGUIAR & LISBOA, 2016).

3. A Agência Nacional como produtora de conteúdo jornalístico

A estratégia da AN era “facilitar” a rotina produtiva do jornalismo por meio do envio de materiais prontos para publicação – aspecto típico de agências de notícias –, tanto mais relevante quanto menor fosse o jornal ou rádio que os recebesse, especialmente sob um regime autoritário em que o acesso à informação pública era restrito.

A imprensa deveria ter a função pública de apoiar o governo e auxiliar no projeto nacional, e quem assim não agisse poderia ser punido inclusive com a

desapropriação de seus bens. Foi o que aconteceu aos proprietários de *O Estado de São Paulo*, que na época já era um dos mais importantes periódicos do país. A censura foi uma importante faceta do regime. O DIP não só preparava o material de propaganda do governo como controlava com censores todas as matérias da imprensa escrita e falada. (D'ARAÚJO, 2000)

Em se tratando de conteúdo jornalístico, quando se afirma que “o DIP” produzia material, autores se referem, na verdade, à Agência Nacional, que era o setor responsável pela produção de textos noticiosos dentro do departamento. Um dos primeiros historiadores da imprensa brasileira, Aristheu de Achilles, afirma que a AN, como típica descrição reservada às agências de notícias, “funcionava como um verdadeiro jornal dentro do DIP”. A comparação é repetida por Goulart (apud DeLUCA, 2013, p.172), segundo a qual a AN coordenava as atividades relativas à imprensa e, como é próprio de uma agência de notícias, “atuava como um jornal, durante os três expedientes, dispondo de equipes completas de redatores, repórteres, tradutores, taquígrafos etc., inclusive editores em áreas específicas e editor-chefe”. Sua redação era dotada de equipe e de equipamentos para produzir conteúdo jornalístico próprio e original.

Ela contava com um corpo de redatores próprios que, em 1941 somava 220 pessoas trabalhando somente na sede carioca (nos DEIPS⁶ funcionavam sucursais da AN). O seu horário de trabalho era diferenciado do resto do DIP, funcionando das 7:30 às 24 horas (16 horas e meia de trabalho, desenvolvidos em turnos, mais os plantões noturnos das 18 às 24 horas e os domingos e feriados). (SOUZA, 2003, p.139)

Segundo Souza (op.cit.), no início dos anos 1940, a AN “comportava as seguintes subdivisões: redação, *press*, *copyright*, serviços internos, imprensa estrangeira, arquivo fotográfico, expedição, rádio, controle, recortes e tombamentos”. O volume de material produzido pela agência em 1941 foi de 13 mil notícias (média de 35 por dia), 48 mil fotografias (20 mil para jornais, 14 mil para revistas e outras 14 mil para "diversos destinos"), além de “informes, comunicados, telegramas expedidos etc.” (idem). Três anos depois, a agência sofreu alterações na organização, mas manteve o número de funcionários (DeLUCA, 2013, p.175).

Em 1944, esta estrutura estava montada com os seguintes serviços: imprensa local; imprensa do interior; imprensa estrangeira (traduções); recortes de jornais; documentação (biografias, assuntos, tombamentos); *copyright*; redação especializada; radiotelegrafia; expedição; estatística; arquivo fotográfico; laboratório fotográfico; administrativo (pessoal, registro de pagamentos etc.); taquigrafia. (SOUZA, 2003, p.139 – nota)

⁶ Em 1940, cada estado ganhou seu Departamento Estadual de Informação e Propaganda (DEIP), uma espécie de sucursal estadual do DIP.

A equipe de articulistas, redatores, editores e repórteres da AN contava com nomes que viriam a ser destacados na literatura nacional, como Graciliano Ramos, Rubem Braga, Érico Veríssimo, Pedro Calmon, Danton Jobim (COSTA, 2002). Um redator importante foi Victor Nunes Leal, autor do clássico sociológico brasileiro *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948). Mais tarde conhecida como escritora, Clarice Lispector foi repórter da AN, onde chegou com a ajuda de Lourival Fontes. O biógrafo da escritora, Benjamin Moser, não deixa claro a data em que ela começou na função, mas cita a publicação do texto “Eu e Jimmy” na revista literária *Vamos Ler!*, em 10 de outubro de 1940, como impulso para que Clarice procurasse Fontes. Na política de comunicação do Estado Novo, Moser (2009) lembra que o DIP era “a única voz autorizada” e encampara, além da agência, a Rádio Nacional, o jornal *A Noite* e algumas revistas, incluindo a *Cultura Política* e a *Vamos Ler!*. Para todas elas, a AN provia conteúdo jornalístico.

Nas suas bancas, [completou *Cultura Política*] ocupadas pelos profissionais mais hábeis do jornalismo brasileiro, redige-se desde o artigo doutrinário, que pode girar em torno de assuntos políticos, econômico-financeiros ou de outra ordem qualquer, o suelto, o artiguete desprezioso mas necessário para cada caso, até o noticiário comum, a reportagem, a nota social e a simples legenda que acompanha a fotografia destinada a clichê. (ACHILLES, 1941, p.73 apud SOUZA, 2003, p.139)

Moser (2009, p.149) descreve a AN como um “serviço telegráfico que distribuía notícias laudatórias a jornais e emissoras de rádio de todo o Brasil”, inclusive redistribuindo conteúdo internacional. Nesse setor, a função inicial de Clarice era de tradutora; mas, como já havia equipe formada, ela foi designada para trabalhar como editora e repórter. Crítica feita até hoje sobre a produção das agências de notícias, o trabalho da equipe não era de descobrir notícias, mas de “pôr em roupagem matérias de outros jornais, dando-lhes um verniz oficial antes de redistribuí-las para outros canais de difusão” (idem). Além disso, Clarice era frequentemente despachada para entrevistas com generais, almirantes e autoridades em visita ao país. Em um desses eventos oficiais, em 1º de maio de 1941, cobrindo as comemorações do Dia do Trabalho no recém-criado Museu Imperial, em Petrópolis, ela conheceu pessoalmente Getúlio Vargas. Em fevereiro de 1942 a escritora se transferiu da AN para o jornal *A Noite*.

Com fotografias, artigos e notícias, a Agência Nacional chegou a fornecer mais de 60% do material publicado pelos jornais (FGV, 2001). A produção da AN era especialmente relevante para o meio impresso. Tanto que, aos poucos, o conteúdo da agência começou a ser reproduzido na imprensa brasileira a partir de um mês depois da criação, como demonstram as

consultas à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A primeira menção encontrada, ao menos em grandes jornais, foi publicada no *Diário Carioca*, em 2 de abril de 1937, que de imediato reproduziu três despachos da AN. O jornal, que fez oposição a Getúlio desde após a Revolução de 1930, seria referência no jornalismo moderno brasileiro, décadas mais tarde. No dia seguinte, 3 de abril de 1937, foi a vez do *Diário de Notícias* e de *A Noite*, os dois também da capital federal. As menções nos jornais são constantes daí em diante.

Ao *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, a AN chegou no dia 9 de abril de 1937. Repercutindo uma entrevista dada dias antes ao próprio jornal, era publicado na página 3 um telegrama da AN que, por sua vez, reproduzia editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*. Já em 20 de abril, *O Globo*, jornal antigetulista da capital, citava a AN na página 2. A partir daí, a agência será presença constante no jornal carioca. Nove dias depois, foi a vez de *O Jornal*, então um dos principais do país, reproduzindo telegrama da AN com notícias da Guerra Civil Espanhola.

Em 29 de maio daquele ano, a *Folha da Manhã* (antecessora da *Folha de S.Paulo*) citou a AN em uma matéria de página 2 sobre as prévias eleitorais da eleição que se esperava ocorrer no ano seguinte (canceladas pelo golpe do Estado Novo). Na mesma cidade, o *Estado de S.Paulo*, jornal firmemente antigetulista, só publicou uma nota em 27 de agosto de 1937. Daí em diante, as citações são bem mais raras que nos jornais cariocas. No mesmo projeto Memória EBN, Mario Salviano relata atitude dos editores dos jornais na imprensa privada, como o alagoano Pedro da Costa Rego, editor no *Correio da Manhã* nos anos 1940:

Da massa de notícias, reportagens e entrevistas com que a Agência Nacional inundava diariamente os jornais, Costa Rego jogava no lixo aquilo que, para ele, era mera propaganda do Governo, mas aproveitava, quase sempre integralmente, inclusive com fotos, tudo o mais que julgava necessário levar ao conhecimento dos leitores do seu inesquecível matutino (SALVIANO in: Memória EBN, 1985).

A Agência Nacional cobria intensivamente economia, esportes e variedades. Na Copa do Mundo de Futebol de 1938, na França, despachou uma equipe de enviados especiais para Paris, de onde cobriu o torneio desde os treinos preparatórios. Foi com textos da agência, por exemplo, que o *Jornal do Brasil* noticiou a eliminação da seleção brasileira para a Itália na semifinal, na edição de 17 de junho. Apesar da presença da AN, a imprensa da oposição cobriu

a competição pelas agências estrangeiras: o *Correio da Manhã* reproduzia os despachos da AP⁷, enquanto *O Jornal* publicava os da United Press e da Havas, que era francesa.

Em relação às pautas de “geral” e *faits-divers*, um exemplo é a notícia da Agência Nacional sobre a prisão de um falsário (tratado como “moedeiro”) em Salvador, na Bahia, reproduzida pelo *Correio da Manhã* na página 6, em 4 de julho de 1937. “A inspetoria da Ordem Social, após várias diligências, conseguiu descobrir na cidade, hospedado no Hotel Meridional, mais um moedeiro falso”, dizia a nota. “Numa feliz busca no quarto onde residia o falsário, (...) os investigadores encontraram papeis, líquidos e 100:000\$000 em notas falsas e certa quantia em notas autênticas”. Em 15 de fevereiro de 1939, o mesmo jornal trazia informação da AN sobre as cotações do fumo, feijão, farinha, milho, banha e vinho, diretamente de Porto Alegre, e de algodão e café, de São Paulo.

A recessão econômica nos anos 30, derivada da Crise de 1929 (que derrubara o preço do café de exportação, principal fonte de receita brasileira), e a extrema polarização político-ideológica da época (entre fascismos e comunismo) afetavam o governo Vargas, mesmo depois da instalação da ditadura. Duas tentativas de derrubada foram promovidas: primeiro os comunistas, em 1935, e depois os integralistas (fascistas), em 1938. Neste contexto, o governo recorria à propaganda – então utilizada não só por regimes totalitários, mas também democracias na Europa e nos Estados Unidos – por meio de três mídias de massa: os cartazes, o cinema e o rádio. A produção do programa *Hora do Brasil* (depois renomeado como *Voz do Brasil*), criado em 1935, passou para a responsabilidade da AN desde que esta surgiu, em 1937.

Outro problema para o governo Vargas veio com a expansão do nazi-fascismo e a consequente tensão geopolítica na Europa que resultou na Segunda Guerra Mundial. A situação gerou interesse no noticiário internacional – e na posição do governo brasileiro, por muito tempo ambígua – e fez a AN ser mais utilizada pela imprensa. O uso se intensificou a partir de julho e agosto de 1939, às vésperas da invasão da Polônia pelos nazistas. A posição estratégica do Brasil ampliou o alcance do noticiário da Agência Nacional, então reproduzido, via outras agências, na imprensa internacional (como no caso de uma nota da AN sobre o afundamento do navio mercante britânico *Clement* por um cruzador alemão, traduzida para o inglês pela Associated Press e publicada no jornal *St. Petersburg Times*, da Flórida, em 3 de outubro).

⁷ Antes, o *Correio da Manhã* chegou a publicar algumas das matérias da AN sobre a Copa, enviadas de Paris.

O conflito criou um desafio para o regime getulista, que contava tanto com defensores dos Aliados quanto simpatizantes do fascismo. Em 1942, a facção pró-Aliados venceu a disputa interna no Catete: o Rio de Janeiro sediou a terceira reunião de ministros das Relações Exteriores das Américas, em janeiro daquele ano, e o Brasil assinou a Carta do Atlântico, determinando aliança em caso de ataque a países do continente americano. Em retaliação, submarinos alemães iniciaram torpedeamentos de navios mercantes brasileiros, o que empurrou o país definitivamente para a guerra. Fontes acabou exonerado do DIP por pressão dos militares (COSTA, 2002). O cargo foi oferecido a Licurgo Costa, que recusou, já tendo sido sucedido à frente da AN por Jorge Santos (1940-1941) e por Oswaldo Mariano (1941-1943). Na direção do DIP, assumiu primeiro o tenente-coronel Antônio José Coelho dos Reis (1942-1943), substituído depois pelo major Amílcar Dutra de Meneses (1943-1945) (FGV, 2001). A comunicação oficial passou a conferir protagonismo aos EUA e suas relações com o Brasil.

Apesar da entrada do Brasil na guerra, a FEB (Força Expedicionária Brasileira) só embarcaria para o conflito em julho de 1944. Com ela, o cinegrafista Fernando Stamoto, o redator Silvio Silva da Fonseca e o fotógrafo Abelardo Cunha foram enviados para a Itália como correspondentes da AN. Em depoimento ao Memória EBN (1985), Stamoto relata que saiu do Rio de Janeiro em 2 de julho de 1944 e permaneceu no *front* por 13 meses. Seus colegas seriam substituídos três meses depois, quando Thássilo Mitke, então repórter, também passou a trabalhar na cobertura do conflito pela AN. Stamoto ficou até o final da guerra, retornando em agosto de 1945. Mitke seria diretor da Agência Nacional entre 1950 e 1951.

Ao Projeto Memória EBN (1985), Mario Salviano contou que, em viagem ao Brasil, em 1945, o então subsecretário de Estado norte-americano, Edward Stettinius Jr., após participar da conferência em Potsdam sobre o pós-guerra, trouxe com ele um “recado” para Getúlio: “Era imprescindível que o Brasil fosse devolvido à normalidade democrática”. O país vivia a contradição de ter lutado contra o nazi-fascismo na Europa, sendo mantido ainda sob um regime autoritário. Para os Aliados, uma abertura à redemocratização se fazia necessária.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército.

Sobre aquele dia, Aristides Cerqueira Leite contou ao Projeto Memória EBN (1985) que, às 18h30, estava no Palácio Tiradentes, onde funcionava o Departamento Nacional de Informações (DNI), e ouviu um “grande alarido”. Ao observar o que se passava na rua, viu “a

chegada de várias viaturas conduzindo elementos da temida Polícia Especial, cercando o palácio, e, segundo nos informaram, para garantir a transmissão da *Hora do Brasil*, e, conseqüentemente, tranquilizar a Nação”. Entretanto, logo depois foi a vez de chegar a Polícia do Exército, cercar o palácio e dispensar a Polícia Especial. “O Exército lacrou as nossas aparelhagens, impedindo que a *Hora do Brasil* fosse ao ar naquele dia. O pior é que todos os servidores do DNI ficamos presos, e só fomos libertados de madrugada”, relata.

Com a derrubada de Getúlio, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência, que seria transmitida, em janeiro de 1946, a Eurico Dutra, vencedor das eleições. A derrubada de Getúlio e as mudanças que se seguiram impactaram as operações da AN, que passou a ser dirigida pelo jornalista baiano Joel Presídio de Figueiredo. Pouco antes da deposição, alterações no setor de comunicação já tinham tomado curso: por meio do decreto-lei 7.582, de 25 de maio de 1945 houve a oficialização da AN como autarquia, agora uma empresa de fato; o DIP foi extinto e, em seu lugar, instituiu-se o DNI, que teria vida curta, sendo extinto em 1946. A partir disso, a AN passou por um processo de redefinição de suas funções e posição na administração pública, explicitando o dever de noticiar informações de interesse público:

O noticiário veiculado pela Agência Nacional deveria compreender todas as informações de interesse da nação relacionadas à vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística. A Agência Nacional foi incumbida de manter o jornal cinematográfico de caráter noticioso e o boletim informativo radiofônico de irradiação para todo o país. Para o exercício de suas funções, passou a contar com uma Secretaria-Geral e uma Divisão de Informações, esta última dedicada a assuntos relativos à divulgação, cinema e rádio. As verbas da dotação orçamentária do extinto Departamento Nacional de Informações foram repassadas à Agência Nacional, embora sujeitas a alterações que viessem a ser sugeridas por uma comissão, após aprovadas pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores (ARQUIVO NACIONAL, s/d, s/p).

4. Considerações Finais

Se, ainda na República Velha, “os jornais, sem exceção significativa, registram em suas edições diárias apenas informações oficiais” (BAHIA, 2009, p.208), a tendência legalista não se alterou no período getulista – tampouco começou com o Estado Novo. A Agência Nacional, portanto, não inaugurou a prática preferencial da “chapa-branca” na imprensa brasileira, mesmo sob um regime autoritário, mas modernizou e sistematizou a circulação de informações para a mídia no aparato estatal federal. Entendida durante muito tempo apenas como um “órgão de divulgação governamental”, a AN extrapolou essa redução e praticou jornalismo cotidiano.

Oswaldo Mariano, diretor da AN entre 1941 e 1943, descrevia a ampla penetração da agência junto à imprensa brasileira não por nenhum mérito autoritário, mas sim por “competência” da equipe: “A Agência Nacional estava ligada ao DIP e dominava todos os meios de comunicação. Não por opressão, mas por superação”, diz Mariano, que alegava contar com a “colaboração agradecida e provada” dos jornais (MARIANO, 2012, p.31). Omite, porém, que o governo lhes pagava subsídios secretos em troca de apoio (COSTA, 2002, p.71).

Outros desafios, para além do período do autoritarismo instaurado durante o Estado Novo, seriam impostos à Agência Nacional ao longo da sua existência. Mais tarde, na ditadura militar instalada no Brasil após o golpe 1964, a AN também foi cooptada para usos políticos. O conflito que surgiu, em certos momentos, entre fazer jornalismo e fazer propaganda já acompanhava a agência desde sua fundação, mas não a condicionou nem diminuiu sua atuação ao longo das décadas. Desde os primeiros anos, a produção da agência pôde ser encontrada nas páginas dos principais jornais brasileiros com informações pertinentes ao interesse público.

É certo que havia também discursos propagandísticos por meio de textos publicados em jornais impressos e revistas. Entretanto, o que muitas vezes se considera “propaganda” neste suporte era muito mais difuso, diluído e misturado à informação de relevância noticiosa. Entremeadas a discursos laudatórios sobre autoridades e feitos do governo, vinham notícias e reportagens de interesse comum e importância estratégica, especialmente para áreas geográficas que outros meios de comunicação, privados, não alcançavam. É, assim, de um reducionismo negligente rotular toda a produção de agências de notícias estatais a um caráter propagandístico.

O surgimento da AN faz oito décadas em 2017 sem ter uma bibliografia específica que registre sua história. A discussão sobre jornalismo de agências no Brasil é restrita até mesmo no ambiente acadêmico. Com a escassez de obras que tratem da experiência nacional, pouco se reflete acerca do tema, bem como persistem conflitos de documentação e narrativa histórica. O período compreendido entre a criação e a conquista de certa autonomia pela agência foi o centro desta discussão. Colaborar para a formação de registros da trajetória das agências de notícias ligadas ao Estado brasileiro tem sido a preocupação dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pedro; LISBOA, Juliana. **Da Agência Nacional à Agência Brasil: o jornalismo de agências e o Estado brasileiro (1937-2016)**. 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul, Ponta Grossa, 2016.
- ANDRADE, Almir de. **Depoimento ao Projeto Memória EBN**. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1985.
- ARQUIVO NACIONAL. **História Administrativa**. In: Agência Nacional (1945 – 1979), Rio de Janeiro.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira, vol.1**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. in: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CORREIO DA MANHÃ. **Cem contos em notas falsas**. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1937, p.6.
- _____. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1939, p.13.
- COSTA, Licurgo Ramos da. **Licurgo Costa: um homem de três séculos (memórias)**. Florianópolis: Insular, 2002.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- DeLUCA, Tânia Regina. “A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX” in: MARTINS, Ana Luiza. DeLUCA, Tânia Regina (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013 (2ª ed.).
- ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, 27 de agosto de 1937.
- FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 29 de maio de 1937, p.2.
- FOLHA DE S. PAULO. **Jornalistas contam a História, 5. O Estado Novo e o Getulismo**. Depoimento de Joel Silveira ao repórter Gilberto Negreiros. São Paulo, terça-feira, 9 de janeiro de 1979. Disponível em <almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm>
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)** > Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AERAVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>>, acessado em setembro de 2015.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, (2ª ed.).
- LEITE, Aristides C. **Depoimento ao Projeto Memória EBN**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional 1985.
- MARIANO, Oswaldo. “Transcrição de texto manuscrito de Oswaldo Mariano, sem título”. in: **Revista Bibliográfica e Cultural do SESI-SP**, vol 1 - Roberto Simonsen. São Paulo: SESI/SENAI, 2012.
- MOLINA, Matias. **História dos Jornais no Brasil, vol 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1937, p.2.
- ROMANCINI, Richard. LAGO, Claudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- SALVIANO, Mario. **Depoimento ao Projeto Memória EBN**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985.
- SILVA JR., José Afonso. **Uma Trajetória em Redes: modelos e características operacionais das agências de notícias, das origens às redes digitais, com três estudos de caso**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2002.
- SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação 1889-1945**. São Paulo: Annablume, 2003.
- STAMOTO, Fernando. **Depoimento ao Projeto Memória EBN**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985.
- VARGAS, Getúlio. **A Política Trabalhista do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- VIANA, Evandro M. **Depoimento ao Projeto Memória EBN**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 (4 ed.).